

Maia quer impedir manobra no orçamento

BRASÍLIA — Para eliminar brechas e reduzir o campo de manobras do governo federal na execução do orçamento de Czs 10,4 trilhões para 89, o vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso, deputado Cesar Maia (PDT-RJ), apresentou ontem 13 emendas ao texto da Lei Orçamentária proposta pelo Executivo. A primeira emenda elimina a possibilidade de o governo abrir créditos suplementares de até 25%. A mesma emenda, dá autorização legal para o remanejamento de recursos de uma

categoria de programação orçamentária para outra até o limite de 10%.

A segunda emenda proíbe o Executivo de corrigir o valor de despesas entre o momento em que elas são autorizadas e o de seu pagamento efetivo. Por outra emenda o Executivo fica proibido também de corrigir monetariamente os precatórios judiciais — dívidas da União cuja execução foi determinada judicialmente. Será respeitada na Lei Orçamentária a exceção prevista nas disposições transitórias da nova Constituição, que parcela em oito prestações

anuais, corrigidas pelo IPC, o valor dos precatórios pendentes de pagamento até cinco de outubro de 88.

Todas as emendas apresentadas por Cesar Maia foram previamente debatidas com técnicos do Ministério do Planejamento em reunião realizada dia 22. A reunião, que oficialmente se destinou à coleta de informações por parte de técnicos e parlamentares da comissão de orçamento, foi resumida em uma minuta que descreve o conteúdo das emendas apresentadas ontem como "pontos de decisão encaminhados".

Outras emendas apresentadas por Cesar Maia à deliberação da comissão destinam-se a garantir, na Lei Orçamentária, o cumprimento de preceitos previstos no novo texto constitucional. É o caso da limitação de gastos com pessoal ao teto de 65% do orçamento fiscal e da proibição de que as operações de crédito realizadas pela União superem em valor as suas despesas de capital. As emendas reafirmam o compromisso da União de fornecer ao Congresso relatórios bimestrais a respeito da execução orçamentária.

13 OUT 1988

ESTADO DE SÃO PAULO